

# Dívida, "um problema entre governos"

GAZETA MERCANTIL

por Mario Clara R. M. do Prado de Brasília

Entrevista com o presidente eleito da Venezuela, Carlos Andrés Pérez:

**Gazeta Mercantil:** Qual foi a proposta a que chegaram os ministros da Fazenda dos sete principais devedores da América Latina, na reunião do Rio de Janeiro?

Pérez: Eu creio que a reunião dos ministros da Fazenda do Grupo dos Sete (Grupo dos Oito, sem o Panamá), realizada por mandato da segunda reunião em Punta del Este, abriu realmente clima de confiança nesta iniciativa extraordinária e histórica da reunião periódica dos presidentes de sete nações latino-americanas, entre as quais se encontra Venezuela e Brasil, porque parece que já estamos nos afastando dos bons pronunciamentos retóricos, mas tão somente retóricos, para entrar na concretização de um plano de ação que permita criar um marco dentro do qual nossos países possam reprogramar o pagamento da dívida, atendendo às realidades de suas economias. Assim, o acordo do Rio de Janeiro estabelece como base o rebaixamento da dívida, levando em conta que a realidade da dívida no mundo há um mercado secundário no qual se cota a dívida por uma taxa média de 50%, ou mais, do seu valor real. Isto significaria, por si, a redução da metade dos juros que temos de pagar. De outra parte, também se propõe a necessidade de juros compatíveis com a economia de nossos países e, finalmente, a indispensabilidade de novos fluxos de dinheiro novo para que se reative a economia latino-americana que tem estado completamente prostrada pelos imensos esforços que têm de fazer nossos países para o pagamento da dívida. Ora bem, este documento, que foi entregue aos países industrializados, onde se parte da base de que o problema da dívida é um problema político, mais do que um problema financeiro, nos corresponderá no futuro aos presidentes também a assumir algumas decisões que nos permitam dar-lhe um sério marco de vontade política ao debate ou ao entendimento que deve produzir-se. Não cremos que seja um problema entre bancos, mas que é um problema entre governos.

**Gazeta Mercantil:** Que esquema pode ser montado para que os países em desenvolvimento tirem proveito do desconto pelo qual são negociados os títulos representativos da dívida externa no mercado financeiro? De que maneira isto vai ocorrer?

Pérez: Há um esquema que foi proposto também por eminentes representantes da economia norte-americana, como o caso do presidente do American Express. Ele propõe a criação de um organismo internacional que compraria a dívida a preço de mercado secundário, seja com um desconto de 50 ou de 60%, e que este organismo seria

encarregado de reprogramar o pagamento com cada uma das nações endividadadas. Eu diria que poderia por exemplo ser o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, conjuntamente, que assumissem estas obrigações, porque criar novas instituições traria novas dificuldades e tornaria menos práticas as soluções. Finalmente, penso eu, que teria também de se estabelecer novos prazos, através deste organismo, atendendo às economias reais e também juros concessionais. É indispensável que na regra se estabeleçam novos fluxos de recursos com a abertura de nossa parte para aceitar certos condicionamentos que não signifiquem o comprometimento de nossas soberanias mas garantias para que os novos recursos sejam realmente empregados nos projetos para os quais o financiamento é solicitado e sejam manejados de maneira racional.

**Gazeta Mercantil:** O senhor esteve com o presidente eleito George Bush e gostaria de saber o que ouviu dele?

Pérez: Sai muito bem impressionado da reunião porque encontrei no presidente Bush um sentido prático para analisar o problema. Ele me disse coisas muito concretas, e tive a segurança de que ele, pessoalmente, vai-se ocupar de orientar uma nova solução para o problema da dívida.

**Gazeta Mercantil:** Ele disse qual seria esta solução?

Pérez: Não chegou até lá, mas estou seguro que há um entendimento pleno de que precisa ser garantido o crescimento de nossas economias e que a dívida não pode ser o enorme obstáculo que é hoje.

**Gazeta Mercantil:** A respeito deste mecanismo, desta compra da dívida com desconto pelo Banco Mundial e FMI, o presidente Bush disse algo, pensa que é possível?

Pérez: Isto não foi considerado. Mas devemos nos recordar que na nova lei de comércio dos Estados Unidos há um artigo que precisamente propõe uma solução desta natureza e se pede ao governo dos Estados Unidos que em prazo determinado deve informar sobre esta possibilidade. De maneira que isto nos demonstra que vamos em bom caminho.

**Gazeta Mercantil:** O senhor esteve também com o presidente Carlos Salinas de Gortari, do México, e obviamente deve ter conversado sobre a dívida externa.

Pérez: Isto foi um dos temas fundamentais que conversamos com o presidente Salinas e posso dizer-lhe que está no mesmo espírito e que se vê que participa plenamente dos acordos feitos na reunião do Rio de Janeiro. De outra parte, tem-se a clara percepção de que o novo governo do México está plenamente consciente de que até agora não houve nenhum resultado — apesar dos novos créditos, das boas intenções do

governo dos Estados Unidos para ajudar —, que a situação segue praticamente igual, que estes novos financiamentos o único que permitem é ganhar tempo.

**Gazeta Mercantil:** Do ponto de vista imediato, presidente Pérez, é possível que algo seja feito pelos países endividados para marcar esta posição de que o senhor fala?

Pérez: Minha ideia é — e isto é o que estou propondo aos outros mandatários — que quanto mais rápido nos coloquemos de acordo sobre algumas iniciativas, mais ganharemos para enfrentar a crescente pobreza e a falta de investimento em nossas nações. Como vocês sabem, eu venho copatrocinando com a universidade de Harvard uns estudos, uns exercícios, para tratar de contribuir na busca de soluções para a dívida e para criar ambiente de opinião pública favorável nos Estados Unidos. E agora o centro Carter — que vem dos presidentes Carter e Ford, quer dizer que une os dois partidos (democrata e republicano dos Estados Unidos) — também tem-se interessado tanto pela conferência de Harvard que estamos no projeto de uma possibilidade de fazer uma reunião de chefes de estado da América Latina com estes objetivos. Eu não poderia, todavia, dizer quais as possibilidades. Mas vejo grandes possibilidades nesta reunião. Esta seria parte da reunião de Caracas e seria realizada nos Estados Unidos, depois da minha posse.

**Gazeta Mercantil:** É possível, presidente Pérez, que de imediato outros países da América Latina, como fez a Venezuela há pouco tempo, tomem uma iniciativa mais concreta de reduzir o pagamento de juros ou de principal?

Pérez: E que isto é um problema, que não se refere a que se tome a decisão como um instrumento de negociação, ou como uma arma de confrontação. A incapacidade de pagamento obriga a diferir-las. Isto foi o que aconteceu na Venezuela. O pagamento (do principal) foi suspenso não por vontade da Venezuela, mas porque nossas reservas internacionais operativas se esgotaram. Caíram em vários bilhões. Não chegaram a ficar negativas, mas caíram muito. Esta é a realidade. E eu poderia aventurar-me a dizer que se não se buscar uma solução rápida neste ano de 1989 para o problema, logo os países credores se encontrarão com nações que irão progressivamente caindo em moratórias, produto do esgotamento de nossas economias, até que a situação desemboque em uma paralisação total de pagamentos. Isto seria mal para nossas economias, mas produziria graves danos também para a economia mundial.

**Gazeta Mercantil:** O senhor acha que existe, no Grupo dos Sete, uma disposição para isto, neste ano, se não se encontrar uma solução?

Pérez: Não se trataria de uma disposição, mas de um motivo, de uma realidade. Pode-se chegar à situação em que os países não tenham como enfrentar suas obrigações internacionais, sob pena de castigaremos seus povos com uma situação que já se faz opressiva. Creio que vocês, no Brasil, conhecem a grave situação social que existe no Brasil, apesar de seu grande potencial industrial, porque tem que gerar seu superávit para o serviço da dívida.

**Gazeta Mercantil:** É possível, presidente, que a partir deste documento (do grupo do Rio), alguma coisa seja feita para reduzir os pagamentos ao nível da capacidade do comércio externo?

Pérez: Eu não me atreveria a fazer alguma afir-

mativa nesta matéria. Mas creio que depois deste documento chegou o momento de ação para nossos países. Ação que devemos coordenar e concertar dentro de nossos propósitos de diálogo e entendimento. Mas não podemos seguir deixando as palavras as decisões que tomamos e que são produto de uma realidade de nossas economias e não produto, de nenhuma forma, de que queremos tirar o corpo de nossas responsabilidades. Nós começamos por dizer que cremos que devemos pagar e que estamos dispostos a pagar, mas que tem que se levar em conta esta realidade de nossas economias, o comércio, as possibilidades de exportar nossos produtos, a necessidade para que os prazos se atenham a esta economia nacional e que fluam novos fundos para nossa região.

**Gazeta Mercantil:** O Brasil, por exemplo, durante o governo Sarney, passou por diversas experiências no que diz respeito à dívida externa e nada aconteceu. Gostaria que o senhor fosse um pouco mais objetivo e que sinalizasse os caminhos.

Pérez: Os caminhos são os que assinalei. E que, desafortunadamente, para nossos países, necessitamos passar por esta dura experiência de cinco anos para nos darmos conta de que o "caso por caso" que nos colocaram as nações industrializadas foi uma armadilha e que o abandono do caminho da concertação e da solidariedade latino-americana foi um grave erro. Esta é a experiência destes últimos anos.

E agora, precisamente, nossos países sabem desta miragem, desta ilusão, e por isso se projetou o grupo dos oito. Veio a reunião de Acapulco, a reunião de Punta del Este, e recentemente a reunião de ministros de Fazenda, no Rio de Janeiro, o que nos indica

que já se tomou outro caminho. O que ocorre é que não podemos aspirar, apesar de nossa impaciência, que as mudanças sejam tão rápidas como deveriam ser pelas urgências de nossos países. Por agora, vamos tratar de empurrar e empurrar até que cheguemos ao ponto que nos leve definitivamente à solução. Creio que 1989 é um ano definitivo porque nossos países não aguentam mais. Tudo o que aconteceu com o Plano Cruzado não existe senão como uma amarga experiência. Agora se tenta uma nova reforma, mas enquanto tivermos a conjuntura da dívida, por mais bem intencionados os passos que dêem nossos governos, não conseguirão os objetivos que buscam. Não conseguirão enquanto não resolvermos o problema da dívida. Precisamente, em Harvard, nos deram uma importante palestra os negociadores dos bancos norte-americanos da dívida com o Brasil e eles mesmos tiveram de reconhecer que não se avançou nada e que apenas se ganhou tempo.

**Gazeta Mercantil:** Aqui no Brasil, algumas pessoas têm a impressão de que a Venezuela deu o primeiro passo — dizendo que pagaria tanto de principal e mais nada, o que é algo inédito no caso da Venezuela —, Colômbia também deu seu passo, e que outros países latino-americanos seguiriam dando passos semelhantes justamente como uma maneira de marcar posição.

Pérez: Não. Isto pode acontecer, mas por motivos reais. Eu disse que o problema da moratória é quando colocamos a mão no bolso para pagar e as retiramos vazias.

**Gazeta Mercantil:** O senhor não pensa seriamente que isto será usado como uma maneira de expressar o descontentamento e de pressionar por uma solução?

Pérez: Não. Não. Não creio porque a economia de nossos países é sumamente dependente — na prática temos de reconhecê-lo — do sistema financeiro internacional. Só se aceitássemos a loucura de provocar uma confrontação definitiva, e que implicaria na suspensão dos pagamentos, é que poderíamos adotar este procedimento. E eu digo que é uma loucura, porque se de um lado podemos impingir graves danos à economia internacional, os nossos seriam tão dramáticos que poderiam liquidar com as experiências democráticas na América Latina.

**Gazeta Mercantil:** Gostaria que me dissesse quanto exatamente da dívida externa venezuelana teve o pagamento suspenso?

Pérez: Neste ano, teríamos que pagar de principal cerca de US\$ 1,6 bilhão, para a dívida do setor público. E não estamos pagando. Não está considerada a dívida do setor privado.

**Gazeta Mercantil:** Do ponto de vista político, nós observamos que este novo posicionamento dos países

da América Latina coincide com a posse do novo presidente mexicano, com a sua posse no dia 2 de fevereiro, e com as eleições presidenciais na Argentina e no Brasil este ano. O senhor acredita que o fato de os presidentes de quase todos os principais países devedores da América Latina estarem em processo de troca vem reforçar o movimento?

Pérez: Sim, vem reforçar porque as realidades se impõem sob qualquer consideração de ordem ideológica ou de ordem política. Nenhum presidente na América Latina pode seguir trilhando o caminho que já nos está demonstrando que fracassou, que não é viável. O tempo foi para nós muito duro, mas nos ensinou muito. Já ninguém crê, na América Latina, que este caminho percorrido possa nos tirar da crise. Eu disse ao presidente Bush que estava seguro de poder falar-lhe em torno da dívida não como uma posição pessoal minha, ou como uma posição do governo da Venezuela, mas que me sentia seguro de estar interpretando fielmente o sentimento de toda a nação venezuelana e que se ele se reunisse com qualquer chefe de Estado da América Latina, lhe diriam, em termos parecidos, o mesmo que eu estava lhe dizendo. Já há, na América Latina, uma posição única sobre o problema da dívida. Já não há diferenças como existiam há poucos anos. Há dois anos, as posições eram distintas. Havia grandes ilusões e grandes esperanças. Hoje, ninguém crê que existam condições de resolver o problema se não mudarmos o sistema. A América Latina se descapitalizou em US\$ 200 bilhões de quatro anos para cá. Isto significa uma paralisação total do desenvolvimento e um aumento alarmante da brecha entre ricos e pobres porque, inclusive, esta situação contribuiu para acelerar um processo de monopólio e de oligopólio em todos os nossos países e gerou um novo processo de concentração da riqueza em poucas mãos. Todo este drama estamos vivendo nos países da América Latina.

**Gazeta Mercantil:** Como está sua agenda nos próximos dias? Pretende visitar a Argentina e o Uruguai antes da sua posse?

Pérez: Tenho compromissos na Venezuela para dar andamento às conversações em torno de uma possível conferência de cúpula da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e sobre a estabilização dos preços do petróleo. Vou visitar os Emirados Árabes, o Irã e o Iraque. Tratarei de fazer uma visita à Argentina e ao Uruguai, antes da minha posse. Mas se não for possível, tenho já a confirmação da presença dos mandatários dos dois países na cerimônia de posse. Penso em aproveitar a ocasião para realizar uma reunião de chefes de Estado latino-americanos em Caracas.